



11137136



08129.007022/2019-84

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****Nota Técnica n.º 12/2020/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08129.007022/2019-84****INTERESSADO: SENAD****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se da habilitação - regularidade fiscal - do leiloeiro Guilherme Valland Jr, credenciado para o Item 12, Estado de São Paulo, no Edital de Credenciamento nº. 01/2019 (10084260) que visa à contratação de de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, mediante credenciamento, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, para realização de leilão de bens móveis e imóveis, não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles bens móveis e imóveis que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação.

**2. SÍNTESE HISTÓRICA**

2.1. O leiloeiro Guilherme Valland Jr encaminhou documentação para credenciamento no âmbito do Edital nº 01/2019, conforme SEI nº 10215520. A análise documental foi juntada pela área demandante no SEI nº 10276526. A consulta ao SICAF e demais certidões de regularidade foi acostada ao SEI nº 10273317.

2.2. Em que pese o registro de ausência de informação sobre a regularidade perante a Receita Federal e PGFN no citado SICAF, por um equívoco à época, o interessado restou habilitado e credenciado, conforme publicações no Diário Oficial da União, respectivamente, em 29/11/2019 (10369274) e em 20/12/2019 (10580466).

2.3. Na sequência, o leiloeiro apresentou o Termo de Credenciamento 10646060, restando incluído na Inexigibilidade nº 02/2020, publicada no Diário Oficial da União de 11/02/2020, reconhecida em 04/02/2020 (10915221) e ratificada em 05/02/2020 (10864217) pelas autoridades competentes, visando a formalização contratual.

**3. DA PENDÊNCIA NO SICAF**

3.1. Quando da formalização contratual e, nos termos da consulta realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF atestou-se a ausência de informação referente à regularidade fiscal - Receita Federal e PGFN (11137125).

3.2. Em consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=02296312829&passagens=2&tipo=2>) não foi possível a emissão de certidão, vez que os dados apresentavam-se insuficientes.

3.3. Nesse contexto, foram realizadas diligências junto ao leiloeiro, as quais restaram infrutíferas (11136908).

**4. DO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA**

4.1. A autotutela é um princípio que impõe à Administração Pública o dever, e não a mera prerrogativa, de zelar pela regularidade de sua atuação, ainda que para tanto não tenha sido provocada.

4.2. O art. 53 da Lei 9.784/99 dispõe que "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

4.3. A Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas bem como pela adequação dos mesmos ao interesse público, oportunizando o contraditório e a ampla defesa, às pessoas cujos interesses serão afetados negativamente em decorrência do desfazimento do ato, o que foi realizado conforme item 3.3 deste expediente.

## 5. DA RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

5.1. Por todo exposto, considerando o dever de anulação do vício identificado, amparado pelo princípio da autotutela, encaminhamos os autos à CGL, com sugestão de posterior envio à SAA, para conhecimento e, caso entendam pertinente, proceder à autorização da Retificação da Inexigibilidade nº 02/2020, visando a exclusão do nome do leiloeiro Guilherme Valland Jr da declaração de inexigibilidade, mantendo-se as demais disposições.

5.2. Após, retornem os autos a esta Coordenação para operacionalização do ato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Oliveira Silva, Coordenador(a) de Procedimentos Licitatórios**, em 03/03/2020, às 16:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Chefe da Divisão de Licitações**, em 03/03/2020, às 16:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11137136** e o código CRC **59894ECE**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.